

PROCESSO SELETIVO POR VESTIBULAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS: UMA ABORDAGEM SÓCIO-ECONÔMICA DO FENÔMENO DA EXCLUSÃO

Jéssica do Nascimento Rodrigues¹
Jacqueline Magalhães Alves Bueno²

RESUMO

O modo de produção capitalista intriga os que idealizam uma educação igualitária, uma vez que há a reprodução de desigualdades dentro das salas de aula como reflexo das relações materiais. O vestibular constitui um dos instrumentos que corroboram com esse controle social ao permitir o ingresso de poucos nas universidades públicas. Por conseguinte, discute-se, neste artigo, essa relação entre escola e sociedade mediante pesquisa com estudantes inscritos e com aprovados no vestibular da Universidade Federal de Lavras (UFLA), em Minas Gerais.

Palavras-chave: Avaliação. Controle social. Reprodução social.

ABSTRACT

The way of capitalist production intrigues the ones that idealize na equality in the education, so, there's a reproduction of inequalities inside the classrooms as a reflection of the material relations. The university examination constitutes one of the instruments that corroborate with this social control when allowing the ingression of few students in the public universities. Therefore, it is argued, in this article, this relation between school and society by means of research with enrolled students and with approved students in the university examination of the Federal University of Lavras, in Minas Gerais State.

Key Words: Assessment. Social control. Social reproduction.

1 INTRODUÇÃO

A escola é determinada socialmente; a sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos; portanto, a escola sofre a determinação do conflito de interesses que caracteriza a sociedade (SAVIANI, 2002, p. 30).

Todos têm direito à educação? Todos têm acesso à educação? Todos têm condições para prosseguir com seus estudos? Tais questões aguçam um sentimento de revolta para com o sistema educacional que, como afirmou Saviani (2002), está situado em uma sociedade de classes divergentes em que os mais fortes (aqueles que detêm o poder econômico), em minoria, abusam dos mais fracos (aqueles pertencentes à classe de menos poder aquisitivo).

Dessa forma, nem todos têm direito - já que esse direito está restrito somente ao nível legal - e acesso à educação não é interesse dos detentores

¹ Especialista em Educação pela Universidade Federal de Lavras, jessicarbs@bol.com.br

² Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras.

do poder. Investe-se, na verdade, em uma educação deficitária, suficiente para trabalhos de menor relevância intelectual, para que se mantenha a sociedade tal como está, privilegiando um grupo pequeno e abastado.

Reconhece-se o papel dos educadores como agentes de transformação de uma sociedade injusta e individualista para uma sociedade que promova oportunidades igualitárias a todos, buscando multiplicadores para ações concretas e transformadoras. Já que se vê claramente o imobilismo frente ao problema da desigualdade (salvo algumas manifestações feitas pelos próprios trabalhadores) pelo fato do estado burguês esconder, justificar, universalizar e fragmentar as relações de produção capitalistas, lançando uma "cortina de fumaça" sobre a existência da sociedade de classes, urge a necessidade de se inverter a visão fragmentada do mundo hoje imposta aos dominados. É necessário que essa visão seja de totalidade sobre o processo produtivo para desmascarar o mecanismo da exploração.

Cabe então aos educadores se libertarem do "voluntarismo" em relação à ordem social estabelecida. Em primeiro lugar, é necessária a tomada de consciência dos educadores, havendo participação ativa da vida política do país a fim de quebrar o círculo vicioso da reprodução do sistema capitalista.

Frente ao problema da desigualdade educacional e da necessidade de melhor compreendê-la, fez-se a escolha de um dos instrumentos de exclusão social - que é o vestibular - a fim de investigar os principais critérios de ordem sócio-econômica que possibilitam o ingresso de jovens ao nível superior público.

Para isso, fez-se um estudo do grupo de candidatos inscritos e de candidatos aprovados para os cursos de graduação da Universidade Federal de Lavras (UFLA) no primeiro processo seletivo por vestibular de 2002.

Objetivou-se, com este trabalho, comparar e analisar o perfil dos grupos de inscritos e aprovados apontando as principais condições sociais e econômicas determinantes para o ingresso de alunos na UFLA, por intermédio da análise dos dados disponíveis no questionário formulado pela instituição e preenchido pelo vestibulando. Visando contribuir para reflexões e futuros trabalhos que possam aprofundar o tema discutido neste artigo, buscou-se ainda trazer em debate a exclusão social promovida pela educação brasileira, como também procurou-se subsidiar o processo de reflexão seguido da ação concreta daqueles que se interessam pelo tema.

2 IDÉIAS EM DEBATE

A sociedade brasileira encontra-se inserida em um sistema de classes. De um lado, estão os possuidores dos meios de produção, capital e informação, ou seja, aqueles que detêm o poder na sociedade capitalista. De outro lado, estão os governados, englobando a maioria da população.

É sabido que grande parcela da população trabalha e mantém, de certa forma, o poder contido nas mãos da classe dominante. E essa relação entre exploradores e explorados acontece também dentro das salas de aula.

Portanto, as relações sócio-econômicas injustas decorrentes do sistema atual são reproduzidas nas escolas, e estas, por sua vez, reproduzem o que foi, de certa forma, imposto pela classe que se mantém "superior" na injustiça social. Os estudantes educados em escolas reprodutivistas saem para o mercado de trabalho já passivos e facilmente controláveis.

Bowles e Gintis (1976) chamam de "princípio da correspondência" essa similaridade entre as relações sociais do trabalho e as relações da educação. A escola legitima a ordem social já existente preparando crianças e adolescentes para inserirem-se "de forma não conflitiva no mundo da produção adulta através da experiência". Os estudantes, após passar por várias situações parecidas com as do mundo do trabalho, saem da escola preparados para aceitarem a realidade capitalista de desigualdade, como se isso fosse natural.

Exemplos disso são a disciplina e a subordinação, isto é, os estudantes devem ter um comportamento adequado a fim de conquistarem um bom desempenho escolar. Fora de sala de aula, no mercado de trabalho, ocorre o mesmo.

Saviani (2002), no capítulo "As teorias da educação e o problema da marginalidade", descreve as teorias crítico-reprodutivistas que compreendem a educação como dependente da sociedade capitalista, ou seja, a educação reproduz as relações desiguais que ocorrem nesse sistema econômico de governo. Segundo a teoria crítico-reprodutivista, a escola, atualmente, se torna cada vez mais discriminadora e repressiva e, também, mais evidente mostra-se o papel desempenhado por ela: reproduzir a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista.

Uma das teorias no conjunto apresentado por Saviani (2002) é a "Teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica" dos autores Bourdieu e Passeron (1975). Conforme a teoria de tais autores, a sociedade é estruturada sob um sistema de relações de força material que, por sua vez, forma-se sob um sistema de relações de força simbólica.

A violência material (dominação econômica) é camuflada pela violência simbólica (dominação cultural), estando sob uma nuvem de ideologias (da classe dominante) e não sendo claramente reconhecida pela sociedade. A educação, então, para esses autores, tem como função reproduzir as desigualdades sociais pela reprodução cultural, atividade já iniciada pela própria família.

Outra teoria crítico-reprodutivista é a de Althusser (1985), denominada "Teoria da escola enquanto Aparelho Ideológico do Estado - AIE". Consoante esse autor, é a ideologia da classe dominante que funciona como mantenedora das relações econômicas capitalistas.

Segundo Althusser (1985), há uma tipologia vasta de aparelhos ideológicos (AIE religioso, AIE familiar etc), entretanto ele enfatiza o AIE escolar.

Ela se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o Maternal, e desde o Maternal ela lhes inculca, durante anos, precisamente durante aqueles em que a criança é mais "vulnerável", espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante [...] (ALTHUSSER, 1985, p.79).

Sabe-se, teoricamente, que é na escola que os estudantes teriam acesso a uma educação formadora de cidadãos críticos e participativos, todavia, como se vê na prática e é confirmado por Althusser (1985), a escola prepara "cidadãos" facilmente explorados.

É certo que uma ínfima parcela dos estudantes sobe ao topo da pirâmide escolar e, portanto, assume seus postos, como herdeiros, de exploradores. Estando a maior parte dos estudantes na base dessa pirâmide (mesmo não completando seus estudos), assumem, ao contrário dos que ascendem ou se mantêm no poder, o papel de explorados e dão continuidade a esse círculo vicioso com seus futuros filhos.

Enguita (1989, p. 146) comenta essa relação entre classes: "o que Althusser coloca é, essencialmente, que a ideologia não é simplesmente questão de idéias fabricadas não se sabe onde, mas que sua vigência e sua reprodução estão indissolúvelmente associadas a práticas materiais [...]".

Tais práticas são encontradas justamente nos Aparelhos Ideológicos, o que fortalece cada vez mais as relações de subordinação.

Saviani (2002) descreve, pois, a "Teoria da escola dualista" de Baudelot e Establet (1971), que interpretam a escola como duas grandes redes: a que corresponde ao proletariado e a que corresponde à burguesia. Como o próprio nome confere (dualista), há uma lacuna separando as duas vertentes da sociedade capitalista dentro e fora da escola, esta cumpre duas funções: contribui para a formação da força de trabalho e para a inculcação da ideologia burguesa.

Como aparelho ideológico de Estado, a escola é um instrumento da luta de classes ideológica do Estado burguês, onde o Estado burguês persegue objetivos exteriores à escola (ela não é senão um instrumento destinado a esses fins). A luta ideológica conduzida pelo Estado burguês na escola visa à ideologia proletária que existe fora da escola nas massas operárias e suas organizações. (BAUDELLOT; ESTABLET, 1971, citados por SAVIANI, 2002, p. 27).

Existem, então, a ideologia burguesa e a ideologia proletária: esta é construída, de fato, fora da escola; aquela utiliza a escola como meio de elaborar e difundir a referida ideologia. Portanto, nota-se que a ideologia não só existe para os que detêm o poder, mas também para os proletários dos que, mesmo com uma educação deturpada, constroem suas aspirações e exigem seus direitos.

Baudelot e Establet (1976), citados por Enguita (1989), ainda, formulam a divisão da escola em duas redes: a primária-profissional e a secundária-superior.

A rede secundária-superior tende a formar intérpretes ativos da ideologia burguesa, enquanto a rede primária-profissional trata somente de submeter brutalmente os futuros proletários à ideologia dominante. Daí provém a oposição sistemática das práticas escolares (BAUDELLOT; ESTABLET, 1976, citados por ENGUITA, 1989, p. 148).

Pode-se dizer então que há os que recebem uma educação visando ao papel de integrantes na prática da ideologia burguesa; e há os que ficam com o papel de submissão às práticas da ideologia dominante. Certamente, essas redes incommunicáveis são um reflexo da divisão entre o trabalho manual e o intelectual, que também retratam e reproduzem as divergentes classes sociais existentes.

Havendo a estratificação no interior das escolas, pode-se reafirmar que fora delas, essa também se perpetuará, visto que a preparação e a seleção para o mercado de trabalho acontecem, também, na educação. O fracasso torna-se a função própria da escola, já que não é sua função contribuir para o sucesso de todas as classes.

Como diz Enguita (1989), a escola converte a "origem social" em "destino social". Os estudantes provenientes da classe proletária vão às escolas com um destino prescrito, pois pertencentes à rede primária-profissional, voltarão a seu ponto de partida - a classe trabalhadora. Os estudantes pertencentes à classe trabalhadora freqüentam somente a escola pública, em geral de baixa qualidade da educação. Esses jovens terão maiores dificuldades de ingresso na universidade pública. Por esse motivo, o sucesso profissional desses jovens torna-se exceção, ou seja, depende de um gigantesco esforço pessoal. Por outro lado, o sucesso profissional dos jovens da classe privilegiada, mesmo dependendo do esforço pessoal, é bastante determinado pela educação recebida acrescida ao reforço dos cursos pré-vestibulares.

A estratificação existente na sociedade capitalista é reproduzida nas escolas e, partindo delas, o sistema perdura, pois aqueles que possuem o "privilégio" de participar da rede secundária-superior procuram manter sua posição vantajosa. Isso acontece desde os primeiros anos de estudo dos estudantes: os que têm uma condição econômica elevada procuram escolas com um ensino de melhor qualidade, a exemplo das escolas particulares de nível fundamental e médio, facilitando o acesso ao nível superior.

Os grupos sociais privilegiados têm também a oportunidade de escapar relativamente aos males comuns da escola com um recurso às escolas particulares e até monopolizando de fato algumas escolas públicas que se prestem para isso por sua localização geográfica, já que as classes e outros grupos sociais não se distribuem de forma homogênea no espaço [...] (ENGUITA, 1989, p. 213).

Havendo, então, duas vertentes da escola uma direcionada à classe menos favorecida economicamente e outra à classe de melhor poder aquisitivo - e sendo o nível superior público extremamente disputado, conclui-se que terão a possibilidade de cursar o nível superior gratuito aqueles que tiveram bons estudos, ou seja, a classe burguesa. Enquanto houver a desigualdade social, haverá a desigualdade escolar, e esta ajudará a manter as raízes daquela.

A educação assume os interesses daqueles que controlam a vida social na sociedade atual. Então, exclui-se de direitos conquistados os que necessitam igualmente de estudos; inclusive, por serem considerados diferentes.

Se os excluídos, ou marginalizados, obtivessem os estudos tal e qual a classe dominante, não há dúvidas de que exigiriam com mais veemência transformações ou até transformariam a sociedade, porquanto, mesmo com pouca instrução, quebrariam muitas barreiras. Todavia, o que acontece é uma acentuação das forças daqueles que detêm o poder.

Soares (sem data) estabelece uma relação entre as duas redes (primário-profissional e secundário-superior) que Baudelot e Establet (1971) denunciam no sistema de ensino francês com os dois tipos de escola existentes nos países subdesenvolvidos:

[...] pois esses dois tipos constituem realmente duas redes, uma que conduz ao sucesso, outra ao fracasso. Mas escolas que atendem à clientela socialmente desfavorecida, tanto o ensino como a avaliação ajustam-se às características dessa clientela e permitem assim a promoção de uma série a outra, criando a ilusão do sucesso escolar, ilusão que é desmistificada quando o estudante submete-se a mecanismos de seleção fora da escola que o aprovou ou quando, na vida profissional, fracassa na competição com os que provêm das escolas que servem às classes privilegiadas (SOARES, sem data, p.8).

Mais uma vez, vê-se que a ideologia está entranhada na vida das pessoas sem que estas ao menos percebam. O "passar de ano" não significa sucesso, chega, até mesmo, a não significar a aprendizagem dos conteúdos lecionados. E isso é comprovado no momento em que passamos a enxergar os resultados dos estudantes que ingressam no mercado de trabalho.

Pode-se supor, então, que há contribuição da exclusão escolar com a reprodução do sistema capitalista. Havendo essa divisão na escola (uma clientela favorecida e uma desfavorecida), a desigualdade continuará persistindo.

Além disso, para que não haja grandes revoltas, a escola - utilizando-se dos poucos exemplos de êxito na educação conquistados por alguns da classe menos favorecida - atribui ao próprio indivíduo a culpa sobre o fracasso.

Finalmente, a escola contribui para que os indivíduos interiorizem seu destino, sua posição e suas oportunidades sociais como se fossem sua responsabilidade pessoal. Assim, os que obtêm as melhores oportunidades atribuem-nas a seus próprios méritos e os que não as obtêm consideram que é sua própria culpa. As determinações sociais são ocultadas por detrás de diagnósticos individualizados, legitimados e sacralizados pela autoridade escolar (ENGUITA, 1989, p.193).

Assim, os estudantes que conseguirem os melhores resultados receberão, doravante, as maiores, e melhores, responsabilidades. Em suma, existe um processo de seleção injusta desde que a criança inicia os estudos. Esse processo exclui, incessantemente, aqueles que não têm condições sócio-econômicas privilegiadas, e é o próprio processo que torna o sistema capitalista mais forte e mais competitivo.

A escola se mune de vários artifícios poderosos para satisfazer, fortalecer e incrementar as bases que continuarão sustentando o sistema econômico, e um deles é a avaliação. Reconhecida como um instrumento justo de seleção, a avaliação que produz exclusão e perdura camuflada nos ares da democracia.

Avaliar significa "determinar a valia ou o valor, o preço, o merecimento etc", ou ainda, significa "calcular, estimar"³. Então, pergunta-se: é possível medir o conhecimento e o desempenho escolar de um aluno? Não é possível. Entretanto, a avaliação tornou-se necessária e "muito bem aplicada" com o propósito de reproduzir a ideologia burguesa de seleção.

Garcia (2002), em seu trabalho sobre "A avaliação e suas implicações no fracasso/sucesso das classes populares na escola", explicita a teoria de La Salle de que o aluno é responsável pela própria aprendizagem, que é medida através da avaliação:

Os filhos de La Salle centram a avaliação/exame no aspecto de supervisão/controle, preocupando-se sobretudo com o aprimoramento das técnicas de mensuração. Para estes o importante é medir os resultados do ato de ensinar naquele que aprende. Simplificam um processo extremamente complexo, reduzindo-o a números. [...] O sistema de avaliação instituído no Brasil, melhor dizendo, acompanha o proposto por La Salle, ainda que talvez disso não tenham consciência os que o formulam (GARCIA, 2002, p.2).

E Rodrigues (1987) acrescenta:

É, no entanto, importante observar que a educação escolar cria ao mesmo tempo os instrumentos para o exercício do poder e os impedimentos para cercar o arbítrio do poder. Isto significa que aqueles que detêm o controle dos processos educacionais são capazes de impedir que os outros se apossam de tais instrumentos e

³ Conforme Dicionário Aurélio.

de manipular o que eles devem saber e o que podem saber (RODRIGUES, 1987, p.70).

É quem possui o poder que determinará o que se deve e o que não se deve saber. Assim, vai-se manipulando, de maneira "natural", todos os que buscam educação.

Dessa forma, volta-se à questão das classes. Existem classes privilegiadas e não privilegiadas no sistema capitalista, podendo-se deduzir que neste sistema seria muito difícil existir um instrumento justo de avaliação ou um instrumento que avalie todas as classes em igualdade de condições. Pode-se concluir então que a avaliação é um instrumento "eficaz" para privilegiar a classe burguesa e excluir aqueles que pertencem a classes desfavorecidas.

Aliás, a avaliação/exame, sendo necessário enfatizar, é apenas um dos instrumentos para a reprodução da estrutura capitalista, pois podemos encontrar muitos outros (como, por exemplo, a formação, a atualização e o salário dos professores), o que não cabe aprofundar neste artigo.

É nítida a injustiça cometida para com estudantes, vê-se claramente que eles não têm a mesma educação formal, a mesma situação sócio-econômica, não têm as mesmas origens. Por isso, tão injusta é a avaliação.

Os estudantes provindos de classes favorecidas economicamente terão maiores chances de obterem sucesso escolar, e os de classes menos favorecidas, em contrapartida, muitas vezes, já começam fracassados. Assim, Bourdieu e Passeron (1975) chamam de "eliminação sem exame", pois muitos estudantes, mesmo antes de serem avaliados, são eliminados.

Um dos mecanismos usados para a eliminação da classe menos favorecida no processo de seleção educacional é o vestibular - avaliação exigida para os estudantes que desejam continuar seus estudos após a conclusão do ensino médio.

O vestibular, criado em 1911, com o objetivo de selecionar candidatos aptos ao ensino superior, buscando equacionar o problema do número de vagas oferecidas ser menor do que o número de interessados, tem sido ao longo de sua história alvo de críticas, já que de um modo ou de outro acaba por cumprir a função de limitar a entrada nos cursos superiores, selecionando e reproduzindo desigualdades sócio-educacionais (RESENDE, 2000).

Considerando que, no passado, a escola pública se destacava como um ensino de qualidade e que seus estudantes pareciam conquistar com menos dificuldade as vagas na universidade pública, a situação hoje se agrava. Essa baixa qualidade da educação, principalmente a pública, é ligada a uma ineficiente administração e gerenciamento educacional, uso insuficiente e impróprio dos recursos financeiros e principalmente a estratégias de ensino e avaliação do desempenho escolar inadequadas (ARAÚJO, 2002).

Embora se compreenda essa desqualificação da escola pública como resultado da administração voltada para os interesses da classe dominante, cuja formação de mão-de-obra barata é o objetivo central, verifica-se que para a classe menos favorecida são necessários apenas conhecimentos elementares.

Além dessa queda na qualidade do ensino médio da escola pública, o que conseqüentemente beneficia a escola privada por oferecer um ensino relativamente bom, houve um reduzido crescimento de vagas nas universidades públicas e um aumento substancial de vagas nas escolas privadas.

Por isso, a universidade pública seleciona mais e mais seus candidatos pelo vestibular, visto que o financiamento que deveria seguir em direção à educação pública parece ser mal utilizado:

O governo enfatiza em seu discurso o crescimento do ensino superior como uma de suas principais realizações no campo da educação. Contudo, o financiamento exclusivo para expansão das instituições privadas com dinheiro público, via Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), vem acontecendo com denúncias de favorecimento e irregularidades (Folha de S. Paulo, mar. 2000). O governo justifica o incentivo ao crescimento da rede privada, sabidamente de qualidade discutível, afirmando que, no futuro, o mercado incumbir-se-á da seleção dos cursos bons e da exclusão dos ruins (MARQUES; PEREIRA, 2002, p.172).

Questiona-se: Qual é o perfil dos alunos que ingressam nas universidades públicas? Provavelmente, não são alunos de escolas públicas, pois não tiveram um estudo de qualidade, o que deixa os estudantes da escola privada em vantagem em relação aos demais. Em resumo, os jovens oriundos de meios mais carentes, se quiserem continuar seus estudos, devem estudar nas faculdades particulares, isto é, farão sacrifícios e pagarão um valor incompatível com a renda familiar ou com a própria renda.

Pode-se conferir, logo, que não é dada uma oportunidade igualitária a todos, uma vez que as pessoas não têm condições iguais. Dois exemplos, sobre esse alunado menos favorecido, podem esclarecer melhor essa afirmativa: o aluno que precisa trabalhar e o aluno cujos pais têm baixa renda.

Muitos alunos estudam à noite para trabalhar durante o dia. Esses alunos são aqueles que não podem viver apenas estudando, necessitando de trabalho remunerado. Diante dessa grande procura por cursos noturnos, tem-se observado um aumento do percentual de instituições privadas de ensino superior em relação às instituições públicas: Conforme Marques e Pereira (2002) em 1996, havia 922 instituições credenciadas para funcionar no País, sendo 23% instituições públicas e 77% instituições privadas. Já atualmente, o percentual referente às instituições particulares chega a mais de 85%.

Outro aspecto a ser citado diz respeito à renda familiar do estudante. Os pais que têm uma situação sócio-econômica favorecida investirão na educação de seus filhos. Cunha (1998) esclarece que:

Segundo Schwartzman (1980), existe uma grande relação entre renda e educação, mas também uma relação entre renda familiar de origem e educação. Se, por um lado, o maior nível de escolaridade gera na maioria das vezes maior renda, por outro lado, a renda familiar gera melhores oportunidades educacionais - melhores escolas, e ambientes mais intelectualizados (CUNHA, 1998, p.40).

"Melhores escolas" e "ambientes intelectualizados" deveriam ser qualidades de todas as escolas, sobretudo das públicas. Entretanto, essa não parece ser a realidade brasileira atual.

Analisando os dados obtidos no primeiro processo seletivo por vestibular da Universidade Federal de Lavras no ano de 2002, pode-se ter um exemplo da exclusão escolar gerada pelo sistema capitalista na atualidade.

3 SOBRE AS ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO

A fim de atingir os objetivos já apresentados anteriormente, foram selecionados os dados obtidos pela COPESE (Comissão Permanente de Processo Seletivo) acerca dos estudantes que prestaram o 1º processo seletivo do ano de 2002 na Universidade Federal de Lavras (UFLA), por intermédio da aplicação de um questionário no ato da inscrição.

As informações encontram-se agrupadas em dois conjuntos distintos: o primeiro referente aos estudantes inscritos e o segundo referente aos estudantes aprovados no processo seletivo. Uma vez que o preenchimento do questionário não é obrigatório para a efetivação da inscrição no vestibular, foram obtidos 2638 questionários preenchidos de um total de 2900 inscritos. Mantém-se o mesmo questionário para a contabilização dos resultados entre os alunos aprovados, sendo obtidos 222 questionários preenchidos de um total de 235 aprovados.

O questionário elaborado pela COPESE contém um total de 27 perguntas de caráter objetivo. Desse universo de questões, foram selecionadas aquelas que pudessem subsidiar a análise e o tema abordados neste artigo.

O Quadro 01 a seguir apresenta o conjunto de questões selecionadas para a análise de dados

Quadro 01 – Questionário de informações sócio-econômico-culturais: questões selecionadas.	
Nº da questão	Pergunta
6	Curso em nível de ensino médio que concluiu ou concluirá
9	Natureza do estabelecimento onde cursou ou cursa o ensino médio
10	Turno em que cursa ou cursou o ensino médio
18	Atividades de trabalho remunerado
19	Renda bruta mensal do grupo familiar
21	Ocupação principal exercida pelo pai
22	Ocupação principal exercida pela mãe
23	Nível de escolaridade do pai
24	Nível de escolaridade da mãe

A partir dos valores encontrados nos questionários, foram calculados seus respectivos percentuais e elaboradas tabelas para cada uma das questões. Os resultados foram analisados e discutidos privilegiando a análise qualitativa das questões e da totalidade do tema discutido.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após organizar um emaranhado de idéias, cruzadas com o pensamento de inúmeros estudiosos, sobre a sociedade como mantenedora de uma escola excludente e colaboradora do próprio sistema capitalista, urge a necessidade de mostrar resultados mais concretos. Visto também que a avaliação é um mecanismo a favor da continuidade do sistema de classes antagonicas, Resende (2000, p.2) comenta que "[...] é plausível argumentar que tão importante quanto à avaliação é a avaliação da própria avaliação com vistas a examinar criticamente o que ela produz ou reproduz".

Tendo sido a avaliação fruto do interesse de alguns mais abastados, "avalia-se" neste artigo um vestibular como uma forma de confirmação ou rejeição das teorias crítico-reprodutivistas e, mais especificamente, da exclusão escolar.

No primeiro processo seletivo da Universidade Federal de Lavras do ano de 2002, houve um total de 3262 vestibulandos inscritos, sendo 235 aprovados para os cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Administração Rural, Ciência da Computação, Engenharia Agrícola e Engenharia Florestal, todos diurnos. Isto significa que 7,2% dos vestibulandos conseguiram ingressar num curso superior enquanto 92,8%, ou seja, 3027 dos vestibulandos ficaram fora da sala de aula, ou terão que pagar um curso superior particular, ou ainda, o que é menos provável, passaram em outra instituição pública.

Observa-se aqui um exemplo da tamanha competitividade que assola a sociedade capitalista. Ao verificar que um indivíduo não tem as mesmas oportunidades que um outro indivíduo e isso é claro; seria pura ideologia dizer que todos somos iguais. Ao prestar um vestibular, o aluno terá maiores chances dependendo da educação escolar que lhe foi dada, continuando assim um processo contínuo de exclusão social.

4.1 Os "ensinos médios"

Todos os alunos egressos do ensino médio, qualquer que seja o tipo de curso realizado (profissionalizante, não profissionalizante, supletivo etc), podem prestar um vestibular e tentar uma vaga nas cadeiras do nível superior público. Uma vez sabendo que os cursos de nível médio não têm a mesma qualidade, constata-se logo que os resultados serão benéficos para aqueles que cursaram as melhores escolas. Na Tabela 01, verifica-se que a proporção de candidatos provenientes dos cursos não profissionalizantes foi bem maior do que de cursos profissionalizantes, cerca de 76 contra 16%. Conseqüentemente, esperava-se que a proporção de aprovados fosse maior no grupo de candidatos que freqüentaram cursos não profissionalizantes. De fato, a proporção de candidatos aprovados desta categoria foi de 90%,

enquanto a proporção de aprovados da outra categoria foi de apenas 8%. Mesmo que com número de candidatos proporcionalmente inferior, o número de candidatos aprovados de cursos não profissionalizantes foi muito superior. Pode-se afirmar, com esses resultados, que os estudantes provenientes de cursos não profissionalizantes estão melhor preparados para enfrentar o vestibular da UFPA.

Observando com atenção os dados, deduz-se que a criação do ensino médio profissionalizante deu-se com intuito de produzir mão-de-obra barata, tendo como público alvo dos cursos justamente as camadas menos favorecidas da sociedade (ENQUITA, 1989). Entretanto, o mercado exige, com o desenvolvimento tecnológico por exemplo, pessoal cada vez mais qualificado. Logo, os estudantes, inclusive aqueles que cursaram o ensino médio profissionalizante, entram na luta por uma vaga nas universidades públicas formando um turbilhão de candidatos em busca da continuidade dos estudos.

Vejam como isso acontece na Universidade Federal de Lavras (Tabela 01).

Tabela 01 – Curso em nível de ensino médio que concluiu ou concluirá.

Curso	% inscritos	% aprovados
Profissionalizante	16	8
Não profissionalizante	76	90
Supletivo	4	1
Outros	4	1
TOTAL	100	100

Dos alunos inscritos, 78% cursaram o ensino médio não profissionalizante e 16% cursaram o ensino médio profissionalizante. Nota-se uma grande disparidade nesses valores, considerando que muitos dos alunos que concluíram o curso técnico e, possivelmente, já estão no mercado de trabalho recebendo salários de baixa remuneração.

Como 90% dos aprovados cursaram o ensino médio não profissionalizante e, em desvantagem, cai para a metade do número de inscritos os que cursaram o ensino médio profissionalizante com 8% de aprovados, esses resultados podem ser justificados pelo fato da maioria daqueles que não obtiveram sucesso, terem aprendido muitas disciplinas profissionalizantes, que podem ter prejudicado o aprendizado das disciplinas obrigatórias do vestibular ou influenciado negativamente no desempenho do estudante.

São excluídos, portanto, aqueles que precisam trabalhar e cursam o nível médio em escolas técnicas. O mesmo se pode afirmar a respeito daqueles que fazem o curso supletivo. Notemos que de 4% dos alunos inscritos, apenas 1% consegue a vaga na Universidade.

4.2 Ensino médio público e particular sem grandes disputas

Pode-se resumir hoje em dois os tipos de ensino médio, conforme a natureza do estabelecimento: o particular e o público (englobando as escolas federais, estaduais e municipais).

Primeiramente, pensemos em quais alunos freqüentam escolas de natureza pública e quais freqüentam a escola privada - lembrando, logicamente, que já são poucos os que conseguem atingir o nível médio. Pois então, tem-se como resultado de tal questionamento, respectivamente, alunos provenientes das classes menos favorecidas e aqueles pertencentes às classes de melhor poder aquisitivo.

Bem sabemos que a educação pública básica se encontra numa situação cuja qualidade é bastante questionável atendendo apenas àqueles que não têm como financiar os estudos. Veja a Tabela 02:

Tabela 02 – Natureza do estabelecimento onde cursou ou cursa o ensino médio.

Natureza	% inscritos	% aprovados
Escola Federal	6	4
Escola Estadual	38	22
Escola Municipal	2	1
Escola Particular	52	72
Outra natureza	2	1
TOTAL	100	100

Em um total de 52% dos alunos inscritos no vestibular da Universidade Federal de Lavras cursaram o ensino médio em escolas particulares, melhor dizendo, esses alunos foram preparados já visando ao vestibular. Os outros 48% dos estudantes vêm de escolas federais, estaduais e municipais.

No momento da aprovação, o quadro é a agravante. Cursaram o ensino médio em escolas particulares 72% dos alunos, enquanto 28% cursaram o ensino médio nas federais, estaduais e municipais.

Percebe-se então que aquele que teve acesso a um ensino de melhor qualidade (hoje, a escola privada) tem mais chances de ter seu sucesso garantido no ingresso para o nível superior. Além disso, há a chance também desse aluno fazer um curso superior particular caso não consiga a sua vaga na federal.

4.3 O ensino diurno e o ensino noturno: os dois lados da moeda

As escolas de ensino médio oferecem aulas no turno diurno e no turno noturno. O curso noturno foi criado com a pretensão de escolarizar estudantes que trabalhassem durante o dia, ou seja, impossibilitados de continuar seus estudos no turno diurno. Em contrapartida, os alunos que estudam durante o dia, em sua maioria, não trabalham.

Segundo Cunha (1998, p.25), "[...] a maioria do alunado da escola média brasileira é constituída de estudantes que estudam no período noturno e que trabalham para completar a renda doméstica, tendo em vista a situação econômica da maioria das famílias brasileiras".

Mesmo havendo, no Brasil, em sua grande maioria, alunos que freqüentam a escola no turno noturno, na disputa por uma vaga na Universidade Federal de Lavras esses estudantes já começam em desvantagem (Tabela 03).

Tabela 03 – Turno em que cursa ou cursou o ensino médio.

Turno	% inscritos	% aprovados
Diurno	80	89
Noturno	12	3
Parte diurno e parte noturno	8	8
TOTAL	100	100

No vestibular da Universidade Federal de Lavras, como ilustra a tabela anterior, 80% dos vestibulandos cursaram o ensino médio no turno diurno. Essa porcentagem já retrata a situação desigual por que passam os estudantes: 12% dos vestibulandos estudaram no turno noturno e 8% estudaram parte no turno diurno e parte no noturno. Assim, 20% desses estudantes, em minoria, já começam em desvantagem na atual situação.

Acima, analisando a porcentagem de aprovados pelo vestibular da Universidade Federal de Lavras, já, previamente, podemos concluir que os alunos que cursaram o ensino médio noturno, ou mesmo parte dele noturno, entram em grande desvantagem em relação aos demais. São 89% de aprovados dos que estudaram no turno diurno enquanto 11% dos aprovados estudaram no turno noturno e parte diurno e parte noturno.

4.4 Estudantes *versus* trabalhadores estudantes

Muitos estudantes brasileiros precisam trabalhar para ajudar no orçamento familiar, para se sustentar ou até mesmo para sustentar a família. Sabendo-se que o modo de produção capitalista é extremamente severo para aqueles que não têm um nível sócio-econômico favorável, a necessidade de se trabalhar bate mais cedo às suas portas.

Portanto, os estudantes que têm de trabalhar devem ter seus esforços dobrados ao enfrentar o vestibular. Comparando tais estudantes com aqueles que não têm de trabalhar (somente estudam), o resultado é quase que óbvio. Começemos pelo percentagem de inscritos (Tabela 04).

Tabela 04 – Atividades de trabalho remunerado.

Situação	% inscritos	% aprovados
Não trabalha	80	90
Trabalha para se sustentar	6	2
Trabalha para sustentar a família	1	-
Trabalha para ajudar no orçamento familiar	6	3
Trabalha em atividades da família	7	5
TOTAL	100	100

Não trabalham 80% dos vestibulandos e 20% trabalham. Dai comprova-se que muitos estudantes terminam o ensino médio e já entram no mercado de trabalho, enquanto uma pequena parcela desses que trabalham ainda tenta o vestibular.

Dos 20% que trabalham: 6% dos vestibulandos trabalham para se sustentar; 1% dos vestibulandos trabalham para sustentar a família; 6% trabalham para ajudar no orçamento familiar; e 7% trabalham em atividades da família.

De 80% de inscritos que não trabalham, na lista de aprovados essa porcentagem sobe para 90%. Aqui fica comprovado mais uma vez que os

estudantes que precisam trabalhar têm menos chances de entrar nas universidades públicas. Do total dos que trabalham, 10% entraram na Universidade Federal de Lavras. Cerca de 1% dos que trabalham para sustentar a família, não houve aprovação; dos 6% que trabalham para se sustentar, 2% entraram; dos 6% que trabalham para ajudar no orçamento familiar, 3% conseguiram a vaga; e dos 7% que trabalham em atividades da família, 5% conseguiram também a vaga. A luta por uma vaga na universidade para quem trabalha, como já era sabido, é muito mais árdua.

4.5 Facilidades e barreiras: imposições do sistema econômico

O sistema econômico brasileiro traz facilidades quase plenas àqueles pertencentes à classe bem situada economicamente; tal sistema também traz barreiras, que se fazem fincadas no caminho daqueles que possuem pouco, ou menos do que lhes é de direito.

Cunha (1998, p. 26) retrata com clareza a "eficiência" do sistema capitalista:

[...] o sistema educacional reflete, em geral, as características essenciais da sociedade: se a sociedade é bastante desigual na sua estrutura econômica e social, o sistema educacional refletirá tal situação, pois definirá a priori aqueles que serão capazes de entrar e percorrer todos os níveis do sistema educacional.

Fica difícil um estudante com renda baixa atingir o ensino médio, logo ficará mais ainda se este quiser prosseguir em uma graduação.

Será que o estudante ao ingressar em um curso superior de uma instituição federal estará livre de custos? Obviamente não. Além de matrículas semestrais cobradas por algumas universidades, ele terá de investir em material e cursos, por exemplo; e ainda, caso o estudante seja de uma classe menos favorecida, a possibilidade de sua realização nos estudos se torna mais difícil.

Observe a Tabela 05:

Tabela 05 – Renda bruta mensal do grupo familiar.

Renda	% inscritos	% aprovados
Nenhuma	1	1
De 1 salário mínimo	2	2
De 1,1 a 2 salários mínimos	8	4
De 2,1 a 5 salários mínimos	27	22
De 5,1 a 10 salários mínimos	33	31
De 10,1 a 15 salários mínimos	18	22
De 15,1 a 30 salários mínimos	6	7
Acima de 30 salários mínimos	5	11
TOTAL	100	100

Os estudantes pertencentes a famílias que não recebem salário algum limitam-se a 1% dos inscritos; estudantes pertencentes a famílias que recebem 1 salário mínimo limitam-se a 2%; e daqueles que recebem de 1,1 a 2 salários mínimos há 8%. Até aqui, observa-se que os estudantes oriundos de

famílias que possuem uma renda mensal bruta baixa prestam o vestibular em minoria.

Com uma renda bruta familiar de 2,1 a 5 salários mínimos há 27% dos estudantes inscritos; de 5,1 a 10 salários mínimos há 33% dos estudantes inscritos; e com uma renda bruta familiar de 10,1 a 15 salários mínimos há 18% dos estudantes inscritos. Nessas faixas encontra-se o maior número de estudantes inscritos, confirmado claramente pela situação financeira relativamente melhor aos grupos que recebem de 0 a 2 salários mínimos.

Os estudantes que pertencem ao grupo familiar que recebe de 15,1 a 30 salários mínimos enquadram-se num total de 6%, e aqueles pertencentes ao grupo familiar que recebe acima de 30 salários mínimos enquadram-se num total de 5%. Nesse grupo de classe melhor favorecida economicamente, são 11% de inscritos ao todo, visto que em nossa sociedade a grande maioria da população ganha pouco.

Quanto à porcentagem de aprovados, a situação de desigualdade se agrava. Dos três primeiros grupos (de 0 a 2 salários mínimos de renda bruta mensal do grupo familiar), a porcentagem cai de 10% de inscritos para 7% de aprovados. Este valor foi baixo, mesmo considerando o pequeno percentual de candidatos. Desse grupo, pelos resultados apresentados, foram poucos os que tentaram prosseguir seus estudos em cursos de nível superior e esse percentual se reduziu mais no momento da competição. Provavelmente, porque este grupo já tenha a noção antecipada de sua baixa preparação.

Dos que têm uma renda bruta mensal familiar de 2,1 a 15 salários mínimos não houve uma grande mudança do quadro de inscritos para o de aprovados: de 78% de inscritos, há uma redução de apenas 3%.

No grupo dos que recebem de 15,1 a 30 salários mínimos e acima de 30 salários mínimos, o percentual sobe de 11% de estudantes inscritos para 18% de estudantes aprovados.

É justo afirmar que a exclusão acontece também neste âmbito, pois o aluno que pertence a uma família de renda baixa, dificilmente prosseguirá com seus estudos. Quanto maior for a renda familiar, mais chances o aluno terá para obter o sucesso almejado.

Dentro da classe dos alunos com renda muito alta (15,1 a acima de 30 salários), houve uma aprovação relativamente baixa. Esta proporção de aprovação pode estar indicando que este grupo concorre em igualdade de condições com os grupos intermediários, que também receberam preparação semelhante.

4.6 Há influência da ocupação profissional dos pais sobre os estudos do filho?

O pai e a mãe são os prováveis responsáveis por manter a educação escolar de seus filhos, assim, lhes proporcionarão um nível de qualidade boa ou ruim de estudo de acordo com suas possibilidades. Tais possibilidades

dizem respeito não só à renda salarial, como também a um nível de status ocupado pelo pai ou pela mãe.

Não se sabe ao certo qual o critério utilizado para a separação de ocupação dos pais em agrupamentos, todavia é nítida a diferenciação por status profissional e nível de renda já que a Tabela 05 "Renda bruta mensal do grupo familiar" se aproxima muito da análise de agrupamentos.

De acordo com a Tabela 06, aos agrupamentos I (banqueiro, deputado, senador etc) e II (profissional liberal de nível universitário, cargo técnico científico, professor universitário etc) pertencem às ocupações de melhor renda englobando 35% de vestibulandos inscritos. Aos agrupamentos III (bancário, oficial de justiça, professor primário e secundário etc) e IV (datilógrafo, telefonista etc) pertencem às ocupações de renda média (pode-se supor), em que encontramos a maioria dos candidatos em um total de 53% de inscritos. E, finalmente, aos agrupamentos V (operário, servente, carregador etc) e VI (dona de casa) tem-se 12% de vestibulandos inscritos.

Tabela 06 – Ocupação principal exercida pelos pais.

Tipo de ocupação	Pai		Mãe	
	% inscritos	% aprovados	% inscritos	% aprovados
Agrupamento I	5	4	2	1
Agrupamento II	30	40	14	15
Agrupamento III	28	28	31	33
Agrupamento IV	25	21	12	10
Agrupamento V	11	6	7	2
Agrupamento VI	1	1	34	39
TOTAL	100	100	100	100

Como esperado, entre os aprovados, a porcentagem de inscritos cuja ocupação exercida pelo pai se enquadra nos agrupamentos I e II sobe para 44%. Mais uma vez, comprova-se que o nível sócio-econômico superior dos pais influencia, e muito, em facilitar a entrada de seus filhos em um nível superior.

Quanto à ocupação exercida pelo pai dos agrupamentos III e IV, não se vê muita diferença entre o quadro de inscritos e o quadro de aprovados, pois há uma pequena redução de 53% para 49%.

Por fim, da porcentagem de inscritos para a de aprovados dos dois últimos grupos, V e VI, há uma redução significativa de 12% para 7%. Enquanto aquele estudante, cujo pai tem uma situação sócio-econômica superior, possui grandes chances de aprovação; o estudante cujo pai tem uma situação sócio-econômica inferior é, muitas vezes, excluído do quadro de aprovação.

Ainda de acordo com a Tabela 06, houve uma diferença relevante entre a ocupação exercida pela mãe e a ocupação exercida pelo pai. Veja que, embora muitas mães trabalhem em alguma empresa ou instituição com carteira assinada, isto é, ainda há um número significativo de mulheres que trabalham em casa (trabalho não remunerado), ou seja, muitos pais ainda sustentam a casa.

Nos agrupamentos I e II há 16% das mães. Se comparadas aos pais, nota-se uma diferença de 19% a favor destes. Nos agrupamentos III e IV há 43% das mães, o que da mesma forma que os pais, mantém um número maior de inscritos, demonstrando que o nível sócio-econômico das mães também é influência na vida escolar dos filhos. No agrupamento V há um total de 7% de mães e, o que não era novidade, são 34% de mães pertencentes ao agrupamento VI (referente às donas de casa).

Analisando agora a porcentagem de aprovação, não há surpresas. Quanto às mães pertencentes aos agrupamentos I e II, o percentual se estabilizou em 16%. Nos agrupamentos III e IV, o percentual também foi estável, de 43%. No agrupamento V, houve uma redução de 7% para 2% e, por fim, no agrupamento VI um aumento de 34% para 39%. Supõe-se que tais mães, donas de casa, cujos maridos provavelmente trabalham, auxiliam seus filhos em casa dando apoio aos estudos, já que este foi o único percentual com um aumento significativo.

4.7 A escola dos pais e dos filhos

Quando se pensa em escolaridade, deve-se lembrar de que a educação não começou agora. Os pais ou a mães dos atuais estudantes também passaram por situações parecidas com as de seus filhos e terão uma visão particular e diferenciada dependendo de suas experiências com a vida escolar.

Além disso, o nível de escolaridade do pai e o da mãe tem relação estrita com o nível salarial, na maioria dos casos. Um nível salarial elevado indica educação de qualidade, e um nível salarial baixo indica educação questionável.

Vimos que a situação financeira da família de cada estudante é uma influência positiva ou negativa para seu sucesso no vestibular. Tendo melhores condições, indubitavelmente, os pais proporcionarão a seus filhos um ensino de boa qualidade. Na Tabela 07 ocorrem similaridades nesse aspecto:

Tabela 07 – Nível de escolaridade dos pais.

Nível	Pai		Mãe	
	% inscritos	% aprovados	% inscritos	% aprovados
Nenhum	2	-	1	1
Fund. Incompleto (até 4ª série)	18	10	14	5
Fund. Incompleto (após 4ª série)	9	8	8	10
Fund. Completo	7	5	7	7
Médio Incompleto	8	5	7	6
Médio Completo	21	22	26	28
Superior Completo	28	37	30	33
Pós-Graduação	7	13	7	10
TOTAL	100	100	100	100

Dos estudantes inscritos, 2% têm o pai sem nenhum estudo, 18% têm o pai que cursou o ensino fundamental incompleto (até a 4ª série), 9% têm o pai que cursou o ensino fundamental incompleto (após a 4ª série), 7% têm o pai que cursou o ensino fundamental completo, 8% têm o pai que cursou o ensino médio incompleto, 21% têm o pai que cursou o ensino médio completo, 28%

têm o pai que cursou o ensino superior completo e 7% têm o pai que cursou uma pós-graduação.

Aos 56% do total pertence o pai com ensino médio completo, o pai com ensino superior completo e o que tem pós-graduação. É verdade, então, que a maioria dos candidatos inscritos para o vestibular da UFPA tem o pai escolarizado. O que acontece com a aprovação, é um agravante para este quadro.

De 2% que têm o pai sem nenhuma escolaridade restam 0% de vestibulandos aprovados; de 18% que têm o pai com o ensino fundamental incompleto (até a 4ª série) restam 10% de vestibulandos aprovados; de 9% que têm o pai com o ensino fundamental incompleto (após a 4ª série) restam 8% de vestibulandos aprovados; de 7% que têm o pai com o ensino fundamental completo restam 5% de vestibulandos aprovados; e de 8% que têm o pai com o ensino médio incompleto restam 5% de vestibulandos aprovados. Numa lista de 44% de alunos inscritos, houve uma redução para 28%.

De 21% que têm o pai com o ensino médio completo houve a aprovação de 22% de vestibulandos; de 28% que têm o pai com o ensino superior completo houve a aprovação de 37% de vestibulandos; e de 7% que têm o pai com pós-graduação houve a aprovação de 13% de vestibulandos. Notemos que ocorre um aumento de 56% para 72% de estudantes aprovados tendo o pai com um nível mais elevado de escolarização.

Como visto, há influência da escolaridade do pai sobre o desempenho de seus filhos nos estudos. O mesmo se pode dizer sobre a escolaridade da mãe, que tendo um nível elevado de estudo, proporcionará a seus filhos, uma melhor educação.

Ainda na Tabela 07, tem-se 1% de mães com nenhuma escolarização, 14% das mães com o ensino fundamental incompleto (até a 4ª série), 8% das mães com ensino fundamental incompleto (após a 4ª série), 7% das mães com ensino fundamental completo e 7% com ensino médio incompleto. Totalizando 37% de mães com escolaridade inferior ao ensino médio completo, reafirma-se que, já na inscrição para o vestibular, os alunos começam em desvantagem.

Com o ensino médio completo, houve 26% das mães; com o ensino superior completo, houve 30% das mães; e com pós-graduação, 7%. Totalizando 63%, novamente confirmamos ser a maior parte dos vestibulandos filhos de mães com nível escolar elevado, mesmo que parte dessas mães sejam donas de casa, o que manteve 39% de aprovação.

Entre os aprovados para o vestibular, os estudantes, cujas mães têm um menor grau de escolaridade, "perdem" as vagas por que poucos deles tentam. De um total de 37% de mães com escolaridade entre os itens "Nenhuma" e "Ensino médio incompleto" na coluna de inscritos, há uma redução para 29% na coluna de aprovados.

De 26% das mães com ensino médio completo, aprovaram-se 28% dos estudantes; de 30% de mães com o ensino superior completo, aprovaram-se 33% dos estudantes; e de 7% de mães com pós-graduação, aprovaram-se

10% de estudantes. Totalizando 71% das mães cujos filhos são aprovados, temos, mais uma vez, prova de que o alto nível de escolaridade dos pais é influência na vida escolar dos filhos. Logo, excluídos, como já dito, ficam aqueles estudantes tendo pais com pouca escolaridade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade escolar não é um assunto novo nem desconhecido. Essa desigualdade é reflexo de uma sociedade antitética de manipuladores e manipulados, burgueses e proletários, patrões e trabalhadores, ricos e pobres, enfim, uma sociedade em que uns levam vantagem sobre os outros.

Desde o início dos estudos, os estudantes convivem em meio a uma veemente massificação ideológica provinda da classe burguesa sem ao menos se darem conta disso. Acredita-se que, em algum momento, as pessoas da classe menos favorecida adquiram consciência de classe, mesmo que seus filhos já estejam fora das salas de aula enfrentando o mercado de trabalho, mas que abram bem os olhos, enxerguem a tamanha injustiça que sofreram e lutem com toda a força que ficou trancafiada dentro de suas próprias ideologias.

A grande maioria dos estudantes que conseguiu uma vaga na UFLA tem uma situação sócio-econômica relativamente boa, e os que tentam o vestibular e não conseguem a vaga, tornam-se marginalizados, sob o ponto de vista do acesso à educação superior pública. Há ainda aqueles que nem chegam a tentar o vestibular, ou nem chegam a cursar o ensino médio, ou nem chegam a estar em uma escola, podendo-se concluir que as teorias crítico-reprodutivistas contribuíram positivamente para análise.

Levando em conta não só a competição por uma vaga, considerando que o número de vagas é menor que o número de candidatos, para universidade pública, além de todo contexto, conclui-se que o vestibular marginaliza. Ele deixa "às margens" da sociedade uma grande parcela da população, favorecendo os que possuem um capital elevado. Por outro lado, existe um paradoxo, ou seja, este modo de ingresso não deixa de ser uma forma de manter a qualidade da universidade pública pela seleção, supondo que os aprovados têm maior proporção de conhecimento.

Portanto, torna-se extremamente necessário e urgente melhorar substancialmente os ensinamentos fundamental e médio da escola pública para promoção da qualidade, a fim de que os estudantes tenham as mesmas condições de competição.

A avaliação não pára no vestibular, ela prossegue na graduação, na pós-graduação e se mostra mais feroz no mercado de trabalho. Eis que surge o desemprego assolando desde os sem estudo aos mais bem escolarizados, estes muitas vezes passam a se contentar com o emprego dos sem graduação, e estes últimos com o emprego dos que não têm nível médio, e, assim sucessivamente.

Deve-se investir mais na educação formal pública. Entretanto, não há como esperar que a classe dominante haja a favor da grande parte da população, pois o tempo tem pressa e corre mesmo que o povo fique para trás. É urgente, então, que se faça mudança.

A verdade é que a sociedade está em constante transformação, assim como a classe trabalhadora está em constante luta, e sem desistência, apesar dos contratempos e do fortalecimento da desigualdade social na atual conjuntura.

Todavia, ainda há a educação e o seu papel ideal é o de lutar contra todo o tipo de desigualdade. É necessário incluir e não excluir, é necessário acolher e não discriminar. Fazer da educação um verdadeiro processo de ensino-aprendizagem acessível a todos pode ser ainda um sonho, entretanto deve ser o sonho de todo educador e todo estudante na luta por uma sociedade mais democrática e socialmente justa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

ARAÚJO, A. C. M. de. A avaliação do desempenho escolar como ferramenta de exclusão social. **Revista de Informação e Tecnologia**, Campinas, 2001. Disponível em: <http://www.revista.unicamp.br/infotec/artigos>. Acesso em: 15 jun. 2002.

BOWLES, S.; GINTIS, H. **Scholling in capitalist America**. New York: Basic Books, 1976.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Lisboa: Vega Universidade, 1975.

CUNHA, M. N. R. **Mobilidade social e educação: a dualidade no ensino superior**. 1998. 111 p. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 1998.

ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

GARCIA, R. L. **A avaliação e suas implicações no fracasso: sucesso das classes populares na escola**. 2002. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/faced/gteurrie/regina.html>. Acesso em: 27 ago. 2002.

MARQUES, C. A.; PEREIRA, J. E. D. Fóruns das licenciaturas em universidades brasileiras: construindo alternativas para a formação inicial de professores. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 78, abr. 2002.

RESENDE, S. H. Flexibilização do vestibular: fator de inclusão ou exclusão? In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 23, 2000, Caxambu. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/1109t.htm>. Acesso em: 21 fev. 2001.

RODRIGUES, N. **Lições do príncipe e outras lições**. 10. ed. São Paulo: 1987.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 35 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

SOARES, M. B. **Avaliação educacional e a clientela escolar**. (apostilado, sd.). 8p.

WHITAKER, D. C. A.; FIAMENGUE, E. C. Ensino médio: função do estado ou da empresa?. **Educação & Sociedade**. Campinas, v.75, p. 200-232, ago. 2001.